



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**  
**QUINTA CÂMARA**

**Processo nº** 35547.000476/2005-71  
**Recurso nº** 148.262 Voluntário  
**Matéria** Construção Civil: Responsabilidade Solidária. Órgãos Públicos  
**Acórdão nº** 205-00.974  
**Sessão de** 06 de agosto de 2008  
**Recorrente** MUNICÍPIO DE VALENTE - PREFEITURA MUNICIPAL E OUTRO  
**Recorrida** DRP SALVADOR/BA

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

**PERÍODO DE APURAÇÃO: 01/03/2002 a 30/06/2002**

**ÓRGÃO PÚBLICO. CONSTRUÇÃO CIVIL.  
RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. EMPREITADA TOTAL.  
INEXISTÊNCIA.**

A norma do artigo 71, §1º da Lei nº 8.666, de 21/06/93 - Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos - que dispõe sobre as responsabilidades, inclusive fiscais, decorrentes dos contratos administrativos prevalece sobre o artigo 30, VI da Lei nº 8.212, de 24/07/91. É a aplicação do Princípio da Especialidade, *lex specialis derogat generali*. Em face do artigo 71, §2º da Lei nº 8.666, de 21/06/93, a responsabilidade solidária da Administração Pública é restrita à cessão de mão-de-obra prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/91. Entendimento consubstanciado no Parecer AGU/MS nº 008/2006, aprovado pelo Exmº Senhor Presidente da República.

Recurso Voluntário Provido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

2º CC/MF - Quinta Câmara  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 25.03.2009  
Rosilene Alves Soares  
Matr. 068377

ACORDAM os membros da quinta câmara do segundo conselho de contribuintes, Por unanimidade de votos, provido o recurso, nos termos do voto da relatora. Ausência justificada do Conselheiro Manoel Coelho Arruda Junior.

  
JULIO CESAR VIEIRA GOMES

Presidente

  
LIEGE LACROIX THOMASI

Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Marco André Ramos Vieira, Damião Cordeiro de Moraes, Marcelo Oliveira, Adriana Sato e Renata Souza Rocha (Suplente).

2º CC/MF - Quinta Câmara  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 25.03.2009  
Rosilene Aires Soares  
Matr. 148377

## Relatório

Trata-se de crédito lançado em 23/06/2003, por responsabilidade solidária em entidade pública contratante de obra de construção civil, em virtude da recorrente não ter comprovado, perante a fiscalização, os recolhimentos das contribuições previdenciárias nas competências de 03/2002 a 06/2002, na forma definida pela Receita Previdenciária.

De acordo com o relatório fiscal às fls. 28/32, o lançamento foi fundamentado no artigo 30, VI da Lei nº 8.212, de 24/07/91.

A recorrente principal impugnou o lançamento e foi comandada diligência fiscal, fls. 95/96. Embora sem pronunciamento fiscal, encontra-se acostado aos autos FORCED de fl.98, com a retificação do crédito lançado e DADR – Discriminativo Analítico do Débito Retificado às fls.99/100.

Decisão-Notificação, fls.101/108, julgou o crédito procedente em parte.

Inconformada com a decisão, a recorrente interpôs recurso apresentando suas razões, em síntese:

- que o processo é nulo, pois solicitou diligências e perícias que não foram atendidas, ferindo o princípio da verdade material;

- que não cabe a responsabilidade solidária, porque não restou comprovado nos autos a ausência de recolhimentos por parte do prestador de serviços.

Requer o provimento do recurso para declarar a nulidade do processo administrativo e determinar a realização de prova pericial. No mérito requer seja reformada a decisão para julgar improcedente a autuação.

O devedor solidário também apresentou suas recursais, argüindo:

- a tempestividade do recurso e a possibilidade do arrolamento de bens para o prosseguimento do mesmo;

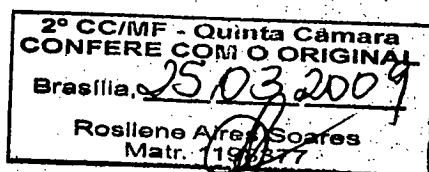
- que apresentou defesa via sedex em função da greve dos funcionários da autarquia, mas que esta não foi apreciada, devendo a decisão ser anulada e proferida outra;

- que promoveu aos recolhimentos devidos sobre as obras erigidas e os apresentou ao contratante, elidindo, assim, a responsabilidade solidária de ambos;

Requer o cancelamento da notificação.

Frente às argüições do devedor solidário, a decisão originária foi reformada, sendo emitida nova Decisão-Notificação às fls. 266/275.

Ainda inconformado o devedor solidário interpôs recurso tempestivo, onde argüi em síntese:



- que apresentou em sua defesa todos os comprovantes de recolhimento efetivados no curso da obra;

- que por ser empreitada total, não há necessidade de retenção;

- que a fiscalização deveria ter diligenciado junto a prestadora para verificar a comprovação do pagamento das contribuições;

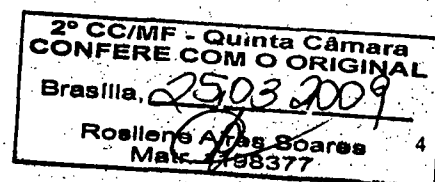
- que novamente junta documentos para comprovar a elisão da responsabilidade, rogando que o Conselho os examine;

- que foram incluídos indevidamente no cômputo do débito, por conta do arbitramento, valores relativos a adiantamento, expressos na nota fiscal de n.º 90, o que não pode vingar;

Requer o cancelamento da notificação e que sejam acolhidos os documentos juntados que comprovam a pontualidade da prestadora para com a Previdência Social.

A DRP solicitou diligência fiscal para que fossem examinadas as razões e a documentação acostada pelo contribuinte. Entretanto, antes que fosse cumprida a DRP se curva à nova redação dada ao art. 184, da Instrução Normativa n.º 03/2005, em virtude do Parecer Normativo da Advocacia Geral da União/MS-08/2006, encaminhando o processo a este Conselho.

É o relatório.



## Voto

Conselheira LIEGE LACROIX THOMASI, Relatora

Sendo tempestivo, CONHEÇO DO RECURSO e passo ao seu exame.

A responsabilidade solidária atribuída à recorrente decorre de obra de construção civil, fundamentada no artigo 30, VI da Lei nº 8.212, de 24/07/91, *verbis*:

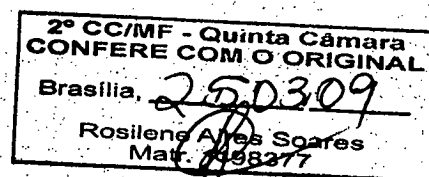
*Art. 30. A arrecadação e o recolhimento das contribuições ou de outras importâncias devidas à Seguridade Social obedecem às seguintes normas: (Redação dada pela Lei nº 8.620, de 5.1.93)*

*VI -o proprietário, o incorporador definido na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, o dono da obra ou condômino da unidade imobiliária, qualquer que seja a forma de contratação da construção, reforma ou acréscimo, são solidários com o construtor, e estes com a subempreiteira, pelo cumprimento das obrigações para com a Seguridade Social, ressalvado o seu direito regressivo contra o executor ou contratante da obra e admitida a retenção de importância a este devida para garantia do cumprimento dessas obrigações, não se aplicando, em qualquer hipótese, o benefício de ordem; (Redação dada pela Lei 9.528, de 10.12.97).*

Ocorre que o artigo 71, §1º da Lei nº 8.666, de 21/06/93 – Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos - contém norma especial sobre as responsabilidades fiscais decorrentes dos contratos administrativos, devendo prevalecer sobre o artigo 30, VI da Lei nº 8.212, de 24/07/91, acima transcrito, que estabelece norma geral sobre responsabilidade solidária de contribuições previdenciárias nas obras de construção civil, independente de que seja o contratante. É a aplicação do Princípio da Especialidade, *lex specialis derogat generali*.

*Art.71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.*

*§1º A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995)*



Em relação à cessão de mão de obra, mesmo na construção civil, o Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos no §2º do mesmo artigo admitiu a responsabilidade solidária prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/91 para as entidades públicas; porém, sem, contudo, estendê-la às obras de construção civil em que o contratado assume a responsabilidade integral por sua realização – empreitada total, *verbis*:

*§2º A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995).*

*Lei nº 8.212/91:*

*Art.31.A empresa contratante de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra, inclusive em regime de trabalho temporário, deverá reter onze por cento do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e recolher a importância retida até o dia dois do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura, em nome da empresa cedente da mão-de-obra, observado o disposto no § 5º do art. 33. (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 20.11.98).*

Nesse sentido é o Parecer AGU nº 055, de 17/11/2006, aprovado pelo Exmº Senhor Presidente da República. Instada a se pronunciar sobre o conflito aparente das normas acima, a Advocacia Geral da União reconheceu que a responsabilidade da Administração Pública sobre as contribuições previdenciárias decorrentes dos contratos administrativos é restrita aos casos de cessão de mão de obra. Por força do artigo 40 da Lei Complementar nº 73, de 10/02/93 todos os órgãos da Administração são obrigados ao seu cumprimento. Seguem transcrições:

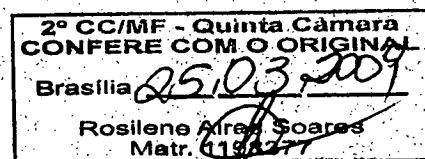
*Art. 40. Os pareceres do Advogado-Geral da União são por este submetidos à aprovação do Presidente da República.*

*§ 1º O parecer aprovado e publicado juntamente com o despacho presidencial vincula a Administração Federal, cujos órgãos e entidades ficam obrigados a lhe dar fiel cumprimento.*

*§ 2º O parecer aprovado, mas não publicado, obriga apenas as repartições interessadas, a partir do momento em que dele tenham ciência.*

*DOU de 24/11/2006, Seção 1, pp..5/8*

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO



PROCESSOS NºS 00552.001601/2004-25 00405.001152/99-90  
00404.004214/2006-14

*Interessados: Ministério da Previdência Social – MPS Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - CEFET/SC Ministério da Defesa - Comando do Exército Ministério da Fazenda - MF*

*Assunto: Contribuições previdenciárias. Contrato administrativo. Definição da responsabilidade tributária da contratante (Administração Pública) e do contratado (empregador) pelas contribuições previdenciárias relativas aos empregados deste.*

*Lei nº 8.666/93, art. 71. Obras públicas. Contratação da construção, reforma ou acréscimo (Lei nº 8.212/91, art. 30, VI) ou serviço executado mediante cessão de mão-de-obra (Lei nº 8.212/91, art 31). Distinção. Lei nº 9.711/98. Retenção.*

*(\*) Parecer nº AC - 055*

*Adoto, nos termos do Despacho do Consultor-Geral da União nº 996/2006, para os fins do art. 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, o anexo PARECER Nº AGU/MS- 08/2006, da lavra do Consultor da União, Dr. MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS, e submeto-o ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, para os efeitos do art. 40, § 1º, da referida Lei Complementar.*

*Brasília, 17 de novembro de 2006.*

*ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA*

*Advogado-Geral da União*

*(\*) A respeito deste Parecer o Excelentíssimo Senhor Presidente da República exarou o seguinte despacho: "Aprovo. Em, 20-XI-2006".*

*2. O Parecer AGU/MS 08/2006 analisa cada uma das espécies e a legislação pertinente - esta inclusive pelo perfil histórico - concluindo, à vista do art. 71 e §§ da Lei nº 8.666/93 e arts. 30, VI e 31 da Lei nº 8.212/91 (com as diferentes redações, bem assim a legislação previdenciária e de licitação anterior), no sentido de que na hipótese de contratação de serviços para execução de obra mediante cessão de*

2º CC/MF - Quinta Câmara  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 25.03.2009  
Rosilene Aires Soares  
Matr. 119837

*mão de obra - art. 31, Lei 8.212/91-a responsabilidade do contratante público é tão só pela retenção (portanto obrigado tributário, não devedor solidário) sendo que nos contratos de obra não tem a administração qualquer responsabilidade pelas contribuições previdenciárias.*

V - Atualmente, a Administração Pública não responde, nem solidariamente, pelas obrigações para com a Seguridade Social devidas pelo construtor ou subempreiteira contratados para a realização de obras de construção, reforma ou acréscimo, qualquer que seja a forma de contratação, desde que não envolvam a cessão de mão-de-obra, ou seja, desde que a empresa construtora assuma a responsabilidade direta e total pela obra ou repasse o contrato integralmente (Lei nº 8.212/91, art. 30, VI e Decreto nº 3.048/99, art. 220, § 1º c/c Lei nº 8.666/93, art. 71).

Do referido Parecer infere-se que: entre a vigência do Decreto-Lei nº 2.300/86, até a Lei nº 9.032/1995, a Administração Pública não responde solidariamente, em nenhuma hipótese, pelas contribuições previdenciárias. Os artigos 30, VI, e 31 da Lei de Custeio são inaplicáveis ante a norma específica referente a licitações e contratos públicos (Decreto-Lei nº 2.300/86 e Lei nº 8.666/93).

Com a entrada em vigor da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, que conferiu nova redação ao parágrafo 2º do art.71 da Lei nº 8.666/93; há remissão expressa somente ao art. 31 da Lei de Custeio, porém, sem alteração do caput e do parágrafo 1º. Desse modo, a responsabilidade solidária prevista no art. 30, VI, da Lei de Custeio continuaria inaplicável à Administração Pública.

Sendo o presente lançamento baseado na solidariedade do art. 30, inciso VI da Lei de Custeio e diante da força vinculante do Parecer da AGU, não há como sustentá-lo.

Pelo exposto, voto pelo provimento do recurso.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 2008

  
LIEGE LACROIX THOMASI

Relatora

